



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

Ocupação e Resistência: a disputa pela Palestina

Vanessa Ilha Bordin

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Professor Dr. Pio Penna Filho

Brasília

2014

Resumo

O presente artigo buscou pesquisar, sob uma perspectiva histórica, os acontecimentos que se deram desde o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948, e que têm impossibilitado a independência de um Estado Palestino através da gradual ocupação israelense, da construção de assentamentos, do muro de separação, da presença militar e das constantes violações de Direitos Humanos e Direito Internacional. Entretanto, apesar das inúmeras imposições e do cenário pessimista que o conflito enfrenta atualmente, nota-se que o nacionalismo palestino persiste como uma das principais formas de resistência contra a ocupação.

Abstract

The present article has searched, under a historical perspective, the events that took place since the establishment of the State of Israel, in 1948, and that are currently hampering the independence of a Palestinian State through the gradual Israeli occupation, the construction of settlements, the separation wall, the military presence and the constant violations of Human Rights and International Law. However, in spite of the countless impositions and the pessimist scenario the conflict has been inserted to lately, the growth of the Palestinian nationalism is evident as one of the main forms of resistance against the occupation.

Palavras-chave

Israel, Palestina, Ocupação.

Introdução

Desde a criação do Estado de Israel, em 1948, sucederam-se inúmeros conflitos entre israelenses e palestinos no processo de definição dos limites territoriais destas populações. Surgem questões em como conceber a existência da Palestina enquanto nação¹ tendo como parâmetro comparativo o clássico conceito de Estado e território. Nesse contexto, existem numerosos inconvenientes que dificultam a criação de um Estado palestino. Entre eles figuram a escassez de terras, a descontinuidade territorial, a dispersão de população (refugiados dentro e fora dos territórios ocupados, deslocados internos e a divisão da população em duas faixas de terra, Cisjordânia e Faixa de Gaza), o estatuto de Jerusalém, a ausência de plenas competências e a ocupação israelense, que vem, desde o estabelecimento do Estado de Israel, gradual e estrategicamente, absorvendo territórios palestinos.

Apesar do seu reconhecimento pela Assembleia Geral das Nações Unidas como um Estado² observador não membro da Organização, a Palestina não é um Estado, não no sentido weberiano clássico do termo³, haja vista que os palestinos não detêm o monopólio do uso legítimo da força dentro de seu território, nem o controle sobre suas fronteiras, espaço aéreo ou mesmo da ajuda que recebem de vários países e organismos internacionais: o dinheiro é repassado por Israel à Autoridade Nacional Palestina. A maneira como a ocupação israelense se encontra consolidada põe em sérias dúvidas a viabilidade de um Estado Palestino.

Neste sentido, propõe-se realizar uma análise sobre as ações israelenses implementadas desde 1948, e que levaram à atual situação de ocupação e ao nascimento do movimento da resistência palestina.

¹ Em seu livro, “Comunidades Imaginadas”, Benedict Anderson define a nação da seguinte forma: “uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.” (2008, p.33). Ele explica que ela é imaginada por manter um enorme vínculo entre os seus membros, ainda que eles não se conheçam, limitada por ser dotada de barreiras que, ainda que elásticas, a separam de outras nações e soberana porque apenas esse emblema manterá a liberdade.

² Krader (1968) define o Estado como uma forma não-primitiva de governo, onde as agências são geralmente explícitas, complexas e formais, onde uma autoridade central delega poderes integradores a ministérios como do exterior, da guerra e a polícia.

³ 'Weber define o estado como uma 'comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio legítimo dos meios de coerção em uma determinada área territorial' (WEBER, *apud* JESSOP, 2006, p. 112).

Ocupação israelense: estabelecimento do Muro de Segurança e de assentamentos

Como o historiador israelense Baruch Kimmerling notou, o “milagre” sionista da Guerra de 1948 não foi apenas a expansão territorial de Israel além das fronteiras estabelecidas no Plano de Partilha da ONU de 1947, mas, sim, o fato de que esses territórios passaram por uma limpeza de seus habitantes palestinos e sua sociedade foi deliberadamente destruída para impedir seu retorno (DOLPHIN, 2006). Filkenstein (2005, p.19), cita que o movimento sionista aceitou propostas britânicas e das Nações Unidas para a partição da Palestina, mas apenas como uma etapa no caminho para maior implementação sionista. Diz, ainda, que entre os maiores arrependimentos da liderança sionista após a Guerra de 1948, estava o fato de não ter se apoderado de toda a Palestina.

Desde o início, as autoridades do Mandato Britânico permitiram que o movimento sionista se estabelecesse na Palestina através do desenvolvimento de infraestrutura de um futuro estado e, nos anos 1930, os líderes do movimento foram capazes de traduzir a visão abstrata da exclusividade judaica em planos mais concretos (PAPPE, 2005).

Em 1922, a Liga das Nações concedeu um mandato à Grã-Bretanha para administrar a Palestina. A Declaração de Balfour é, sem dúvida, o documento mais contraditório da história do conflito entre israelenses e palestinos, pois dava o aval para o estabelecimento de um Estado Judaico e garantia a autodeterminação da população local (HARMS, 2004).

Foi então que, apoiado pela Declaração de Balfour, o Fundo Nacional Judaico⁴ deu início às compras de terra e, em 1920, a Organização Mundial Sionista estabeleceu a Fundação de Fundos da Palestina para financiar a compra de territórios pelo Fundo Nacional Judaico. Os sionistas formaram o chamado *Haganah* (na época as Forças de

⁴ Durante os anos 1920, o governo britânico permitiu a Agência Judaica a trazer colonos para a Palestina. Os colos precisavam de terra, e o Fundo Nacional Judaico, através da Companhia de Desenvolvimento da Terra Palestina, comprou terra primeiramente de donos ausente. Fazendeiros árabes, entretanto, se recusaram a sair da terra e os compradores os processaram nos tribunais britânicos, que atestaram que os fazendeiros não tinham direito de fica. Não obstante, o governo britânico reconheceu o deslocamento como um problema e, em 1929, promulgou um Decreto de Proteção dos Cultivadores, que exigia que os compradores compensassem os fazendeiros inquilinos (HARMS, 2004).

Defesa) para proteger suas propriedades e evitar revides por parte dos árabes e, mais importante, para avaliar onde o Fundo deveria comprar terra (QUINGLEY, 2005). Susser (2012) diz que, para o Sionismo, o objetivo não era criar um estado binacional⁵ e, sim, criar uma comunidade judaica em toda, ou maior parte da Palestina, pois não fazia sentido, para o movimento, que existisse um Estado em que o povo judeu não fosse maioria.

Com o aumento da compra de terras, o Fundo Nacional Judaico adquiriu extensões de terreno próximos uns aos outros para criar um núcleo geográfico para um estado. A constituição de 1929 da Agência Judaica estabeleceu que a terra que fosse adquirida pelo Fundo, deveria ser propriedade inalienável do povo judeu (QUINGLEY, 2005).

O ponto crítico da partilha territorial viria nos anos 1930, com o desastre que recairia sobre os judeus na Europa com a ascensão dos Nazistas na Alemanha de Hitler e o antissemitismo na Polônia. Durante esse período, o número de imigrantes judeus na Palestina aumentou subitamente e, com a população árabe descontente com a situação, uma luta se deu início⁶. Durante a II Guerra Mundial, o Fundo Nacional Judaico continuaria a comprar terras e estabelecer assentamentos no Deserto do *Negev* (ou *Naqab*, em árabe) como preparação para o estabelecimento de um Estado (HARMS, 2004).

⁵ Uma das propostas que estudadas é a criação de um Estado binacional, mediante a unificação dos territórios de Israel, da Cisjordânia e possivelmente da Faixa de Gaza, garantindo-se direitos de cidadania para todos os habitantes, independentemente de sua religião e etnia. Embora seja cada vez mais discutida nos círculos acadêmicos, a solução do estado binacional tem sido excluída das tratativas oficiais para resolver o conflito, do mesmo modo, não é discutida nas análises publicadas pela grande imprensa.

A solução de um estado binacional, precisa ser equacionada de forma a garantir o surgimento de um Estado verdadeiramente pluralista e democrático. Israel, hoje, tem recursos de poder muito superiores aos dos palestinos, e suas bases políticas ressaltam o caráter do “lar judeu” àquele país. Kovel (2007) argumenta que cinquenta e oito anos de agressão e a grande influência do sionismo na sociedade israelense têm eliminado a possibilidade de dois estados, restando apenas como uma falsa esperança e fonte de propaganda. Israel e Palestina estão profundamente interligados, devido à construção ininterrupta de assentamentos judaicos, o que tornaria inviável a criação de um Estado palestino. Existem diversos grupos israelenses e palestinos que pregam a criação de uma federação israelo-palestina, onde existiriam direitos iguais para as populações.

⁶ Em 1936, a Comissão Peel é enviada à Palestina para investigar as causas dos conflitos, e aí surge a primeira proposta de uma Solução de Dois Estados, um Palestino e um Judaico.

Com o Plano de Partilha das Nações Unidas, 56% da Palestina foi alocada para os sionistas⁷ e, em 1948, se inicia a fase civil⁸ da guerra entre judeus e palestinos (QUINGLEY, 2005). Entre novembro de 1947 e outubro de 1950, aproximadamente 760 mil árabes seriam obrigados a deixarem suas casas em direção a outras áreas na Palestina e países árabes vizinhos⁹, dando início à questão dos refugiados palestinos¹⁰ que, segundo Brynen (2007), é um componente essencial no estabelecimento de um entendimento entre os dois povos. O argumento árabe é de que os judeus expulsaram os palestinos como parte de uma estratégia militar e política, o que acentua Israel como um estado imoral. A narrativa israelense é de que os palestinos saíram voluntariamente e não como resultado de uma expulsão por parte dos judeus (MORRIS, 2004).

Nos territórios ocupados por Israel em 1948-49, o destino das populações palestinas continuava a ser definido pelas políticas de “transferência da população”. Implantou-se uma política de intimidação, através da disseminação do terror entre a população árabe que havia permanecido dentro das fronteiras de Israel, como: 1) restrição de movimento dos árabes; 2) continuidade do governo militar nos distritos, vilarejos e localidades árabes; 3) destruição ou dessacralização de igrejas, mesquitas, santuários, cemitérios e outros santuários e vilas árabes; 4) destruição de árvores frutíferas; 5) obliteração de pequenas cidades e vilas; 6) venda de grãos árabes por preços menores do que os pagos aos cultivadores judeus; 7) expropriação de terra; 8) aprovação de leis de Nacionalidade e de Terra, que negam aos árabes os mesmos direitos e

⁷ A população de 1946 na Palestina era de aproximadamente 1.3 milhões de árabes e 600 mil judeus, com 30 mil outros (HARMS, 2005).

⁸ A segunda fase da guerra se daria entre Israel e os Estados vizinhos – Síria, Jordânia, Egito, Iraque e Líbano. Ao final da fase internacional da guerra, o mapa da Palestina tomaria a atual forma (HARMS, 2005).

⁹ Antes da Guerra de 1948, agências públicas judaicas e investidores privados possuíam cerca de 7% da terra da Palestina. Palestinos, individualmente e em conjunto, possuíam 90% das terras, dos quais 85% pertenciam às vilas e cidades que seriam depois destruídas. Hoje em dia – incluindo os territórios que Israel ocupou na Guerra de 1967, esses dados e cenário, estão praticamente revertidos (DOLPHIN, 2006, p4).

¹⁰ Refugiados palestinos constituem a maior população refugiada do mundo, e uma das mais antigas, datando o estabelecimento do estado de Israel, em 1948, quando aproximadamente 760 mil palestinos foram deslocados de suas terras, território que depois viria a ser Israel. Os refugiados fugiram para o que antes era a Cisjordânia controlada pela Jordânia, Faixa de Gaza (administrada pelo Egito), Síria, Líbano e outros territórios. As casas e propriedades deixas para trás foram confiscadas pelo governo Israelense e a maior parte dos refugiados foram proibidos de voltar. Em 1967, a ocupação israelense da Cisjordânia e Gaza causou o deslocamento de mais 300,000 palestinos.

privilégios dos cidadãos judeus; 9) leis e regulamentações discriminatórias; 10) empréstimos compulsórios; 11) cobrança de impostos sobre terras que a comunidade árabe não poderia cultivar e 12) aterrorização de minorias árabes com ataques armados e buscas sob vários pretextos (GATTAZ, 2003).

Entre os palestinos, as sementes de uma rebelião foram plantadas com a formação da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), em 1964, juntamente com um grupo menor chamado al-Fatah, do qual um dos líderes era o jovem nacionalista Yasser Arafat. Foi durante os anos 1960 tiveram início as infiltrações de guerrilhas dentro de Israel, especialmente pelas fronteiras da Síria e Jordânia (HARMS, 2004).

Em 1967, com a Guerra dos Seis Dias¹¹, Israel conquistou a Península do Sinai, parte da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, das Colinas do Golã (Síria) e a zona oriental de Jerusalém, que é anexada ao Estado israelense. Imediatamente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova a Resolução 242¹². O terrorismo palestino contra Israel intensificou-se a partir da eleição para a presidência da OLP, em 1969, de Yasser Arafat. Em represália, a aviação israelense faz constantes bombardeios na Síria e no Líbano, onde a OLP mantém bases militares. Uma nova guerra eclode em 6 de outubro de 1973 (MORRIS, 2004).

Entre 1967 e a primeira Intifada, em 1987, a política de Israel se concentrou em fragmentar a sociedade palestina nos territórios ocupados, gradualmente anexando o que sobrava dela. Em 1968, as possibilidades e aspirações de independência foram reduzidas ao mesmo tempo que a instalação de colonos judeus nos territórios árabes ocupados durante a Guerra dos Seis dias é estimulada pelo partido Likud. (DOLPHIN, 2009, p. 9).

¹¹ Durante o mandato do presidente John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, as relações entre Israel e os Estados Unidos ficaram mais próximas, incluindo questões de segurança nacional, como a cooperação entre a CIA (*Central Intelligence Agency*) e a Mossad (Agência de Inteligência de Israel). A Guerra Fria foi um fator decisivo nesse momento, aumentando o apoio americano a Israel, já que a União Soviética apoiava Síria, Egito e Iraque. A Guerra dos Seis Dias foi um divisor de águas na história da guerra da palestina, reforçando a discórdia bilateral entre Israel e as nações árabes cujos territórios ficaram sob seu controle, e trazendo repercussões imediatas sobre a vida dos 1.400 milhão palestinos que residiam na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. Desses, cerca de 500 mil tornaram-se refugiados – muitos pela segunda vez, pois haviam buscado abrigo nessas áreas após o êxodo de 1948 (GATTAZ, 2003).

¹² A Resolução 242 estabelece a inadmissibilidade da aquisição de território por guerra e exigiu a retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados durante o conflito (UNISPAL.UN.ORG).

Entre 1978 e 1979, acontecem os acordos de *Camp David*, assinados pelos líderes egípcio e israelense, com mediação do presidente norte-americano Jimmy Carter. A partir daí, se tem uma nova configuração territorial, que acaba por permitir a Israel operar mais livremente contra a resistência palestina, além de aumentar a repressão nos territórios ocupados¹³. Neste mesmo momento, as constantes e regulares violações de direitos humanos que estavam acontecendo nos territórios ocupados logo chegaram aos debates da Organização das Nações Unidas, que endossa a Resolução 237 do Conselho de Segurança, exigindo que Israel permita o retorno dos refugiados e que observe as convenções internacionais que regulam o tratamento de civis em tempos de guerra¹⁴ (GATTAZ, 2004).

A década de 1980 foi marcada pelo agravamento do conflito entre Israel e os palestinos residentes nos territórios ocupados. Em 1987 eclode a primeira Intifada, que teve como consequência o foco de atenção nas questões fundamentais de importância nacional, como segurança, paz e o futuro dos territórios ocupados. Esse conflito se deu em face dos 20 anos de frustração e humilhação coletiva e individual que os palestinos sofreram nas negociações com os judeus e autoridades israelenses. Uma nova geração cresceu conhecendo apenas o que sobrou da Palestina, e que agora se encontrava sob controle israelense. Para os jovens palestinos, isso significava ter crescido sob a ocupação militar israelense e, pra a geração jovem de israelenses, significava que os territórios pertenciam a eles e mais ninguém (SHLAIM, 2001; HIRO, 2013)

O status de Israel em Gaza e na Cisjordânia mudou dramaticamente em 1987, com a Primeira Intifada. Antes, judeus israelenses que moravam na Cisjordânia, tinham quase que completa liberdade de circular com segurança e necessitavam o mínimo de proteção militar. Em 1988, israelenses já não podiam viajar pela área sem proteção e o número de tropas israelenses que foram deslocadas para protegerem os colonos e

¹³ Nos territórios ocupados, o regime era de total repressão aos palestinos, a quem eram negados todos os direitos de expressão e organização política, como organizações de ajuda mútua, conselhos de estudantes, sindicatos e cortes religiosas muçulmanas, que perderam seu direito de operação. Os israelenses já controlavam a distribuição de água aos palestinos, enquanto a maior parte da água era canalizada para os assentamentos que começaram a ser construídos ilegalmente nos territórios ocupados (GATTAZ, 2004).

¹⁴ Desde então, a Assembleia Geral vem repetidamente aprovando resoluções criticando as ações israelenses nos territórios ocupados (GATTAZ, 2004).

aumentou significativamente. A partir da Primeira Intifada só a repressão ativa, e não a passividade ou mesmo a aceitação tácita, mantinha a ocupação israelense (HOBSBAWM, 1994).

Foi nesse momento que várias organizações que emergiram, e duas desafiaram a dominância da OLP sobre o movimento nacionalista palestino: a resistência islâmica, ou Hamas, e o Jihadismo Islâmico. Essas duas organizações são mais conhecidas por terem injetado uma nova forma de letalidade no conflito entre israelenses e palestinos – os ataques terroristas (GELVIN, 2005).

Com o medo do crescimento dos movimentos islâmicos radicais, e visando formalizar o regime de ocupação em um tratado que fosse benéfico a Israel, o primeiro-ministro Yitzhak Rabin decidiu negociar com a OLP, em Oslo, na Noruega. As negociações levaram à assinatura da Declaração de Princípios¹⁵ entre Israel e a OLP, e seria complementada nos anos seguintes por novos acordos (Cairo, 1994; Taba, ou “Oslo II”, 1995; Wye River, 1998; Sharm el Sheik, 1999), constituindo o que se convencionou chamar o “processo de paz de Oslo”, cujos resultados refletem fielmente a desproporção entre os dois antagonistas em termos de territórios controlados, armamentos, apoio político e financiamento à disposição (GATTAZ, 2003).

Com o estabelecimento da AP, previsto na Declaração de Princípios, a OLP falhou ao criar uma estrutura para um Estado de Direito, um sistema constitucional, um balanço de poder e toda a estrutura necessária para organizar a governança de 3.6 milhões de palestinos sobre os quais tinham responsabilidade. Ao mesmo tempo, durante os anos 1990, a atividade de assentamentos foi intensificada e a população de colonos aumentou em 75%. Com a desintegração da União Soviética, milhares de judeus – 175 mil apenas em 1990 – emigraram para Israel, expandindo a construção de assentamentos. Israel encorajava empregadores israelenses que os contratasse no lugar de palestinos e, o

¹⁵ O Acordo entre a OLP e Israel, ou Oslo I, foi iniciado em agosto de 1993. Em setembro, Israel reconheceu formalmente a OLP após Yasser Arafat escrever uma carta a Yitzhak Rabin reconhecendo o direito de Israel de existir em paz e segurança, além de renunciar à violência. O acordo, também chamado de Declaração de Princípios, foi assinado em 13 de setembro em Washington, e previa a autonomia da Faixa de Gaza e de Jericó, na Cisjordânia, com a soberania de Israel sobre os assentamentos judaicos nos territórios ocupados, como um estágio provisório, com as negociações permanentes previstas para iniciarem após dois anos (HIRO, 2013, p. 307).

final dos anos 1990 havia mais assentamentos e menos liberdade de movimento (SUSSER, 2012).

Conforme estipulado em Oslo II, a Cisjordânia foi dividida em áreas de controle israelense, ou zonas A, B e C¹⁶. A AP poderia exercer total controle sobre a Zona A, enquanto Israel exerceria controle sobre a Zona C. A Zona B é a região de autonomia: a AP administraria as vilas palestinas sob o controle de segurança de Israel. Ainda, a quarta zona, que incorpora parte dos territórios ocupados: Jerusalém, que é implicitamente atribuída ao controle israelense, incluindo Jerusalém Oriental, ou Jerusalém Árabe (GATTAZ, 2003).

As forças israelenses deveriam se retirar das respectivas áreas de acordo com um cronograma pré-estabelecido para, então, a AP assumir o controle. Apesar de Israel ter se retirado das Zonas A e B, a retirada da Zona C dependia do *status* permanente das negociações, ou seja, 70% da Cisjordânia estava refém das negociações a respeito de Jerusalém, refugiados, assentamentos e segurança. Para piorar a situação, Oslo II permitiu que estradas exclusivas para colonos fossem construídas para transitar entre os assentamentos e entre Israel, impondo ainda mais restrições de movimento para os palestinos. Além das estradas, mais de 100 *checkpoints* israelenses foram estabelecidos, obstruindo as rotas que ainda estavam abertas ao tráfego de pedestres ou veículos palestinos (CARTER, 2005)

Em 1996, após uma onda de ataques suicidas do Hamas e do Jihad Islâmico, o então Primeiro Ministro Shimon Peres ativou a construção de bases militares não apenas isolando Gaza da Cisjordânia, mas também estabelecendo barreiras internas dentro da Cisjordânia e isolando muitas vilas das cidades próximas¹⁷. No mesmo ano, Benjamin Netanyahu, conhecido por suas promessas de jamais trocar terra pela paz, é eleito. (DOLPHIN, 2006).

¹⁶ Zona A consiste em áreas municipais populadas exclusivamente por palestinos. Zona C inclui todos os assentamentos judaicos e a Zona B é uma junção de setores espalhados, sendo que 100 deles estão de acordo com mapas israelenses (HARMS, 2005).

¹⁷ No alto da crise de 1996, Peres aprovou a construção de uma zona de proteção de 2 Km ao longo da Linha Verde. A segurança era feita através de cercas, áreas de vigilância eletrônica, patrulha de helicópteros e a presença permanente de soldados e da polícia, tudo para prevenir a entrada de palestinos em Israel (DOLPHIN, 2006, p12).

Apesar de os Acordos de Oslo continuarem por sete anos, a AP nunca conseguiu adquirir controle de mais de 18% da Cisjordânia. Israel expropriou 200 Km² de terra, construiu trinta assentamentos e expandiu o que já existiam, deu início à construção das estradas que ligavam os assentamentos e construiu 90 mil novas moradias nos assentamentos em Jerusalém Oriental¹⁸. Entretanto, ninguém pode realmente acusar Israel de violar os acordos de Oslo, exceto em detalhes. Sem violar a Declaração de Princípios (ou os acordos cuidadosamente construídos posteriormente), Israel continuou a colonizar e a integrar os territórios ocupados com o apoio e a assistência dos EUA (GELVIN, 2005; CHOMSKY, 1999).

Em decorrência dos acordos realizados, altos membros da AP tinham privilégios e passaram a lucrar com monopólios em material de construção, tabaco, gasolina etc., fazendo com que a população palestina, além do poder discriminatório de Israel, tivesse que lutar também contra alguns de seus próprios líderes – o que veio a reforçar a importância dos grupos militantes islâmicos e marxistas, que, desde o início, se colocaram contra as negociações de paz ao estilo de Washington e a autoridade exercida pela AP. A construção de assentamentos, estradas e o estabelecimento de mais áreas militares seriam facilitadas pelos acordos que se sucederam em seguida (GATTAZ, 2003).

Em julho de 2000, Clinton convocou ambas as partes para discussões em *Camp David*, cujas determinações deveriam ser “definitivas”. Após quinze dias de tensas negociações, a distância entre as partes se tornou insuperável. Apesar de Barak ter oferecido uma retirada da Cisjordânia maior do que qualquer outro líder israelense havia oferecido, isto ainda estava muito longe da retirada integral das áreas tomadas em 1967. Ainda, Barak insistia em manter a soberania israelense sobre Jerusalém Oriental, o que era inadmissível para os palestinos e grande parte do mundo islâmico. Foi então que, em

¹⁸ Em 1997, Israel anunciou a construção de mais assentamentos. Cerca de 6.500 casas para judeus foram construídas em uma área de Jerusalém Oriental chamada Jebel Abu Ghneim. O projeto, denominado Har Homa, era problemático não apenas pelo território que iria tomar e pela população que iria transferir para Jerusalém Oriental, mas também por completar uma “rede” de assentamentos entre Jerusalém Oriental e o resto da Cisjordânia, isolando, desta forma, a parte árabe da cidade do resto da Cisjordânia (QUINGLEY, 2005).

setembro de 2000, Ariel Sharon e uma escolta de centenas de policiais foram ao Templo do Monte, local do Domo da Rocha e da Mesquita *al-Aqsa*, onde ele declarou que o local sagrado para os muçulmanos permaneceria sob controle permanente de Israel¹⁹. A combinação desse evento com a decepção dos palestinos de Israel implementar o Acordo de Oslo²⁰ deu início a uma onda de violência que ficou conhecida como a Segunda Intifada (CARTER, 2007; HARMS, 2005).

A perda gradual do poder por parte de Arafat e da AP, devido aos sete anos de um processo de paz que só levou ao reforço e à legalização da ocupação israelense, somada à deterioração da situação socioeconômica nos territórios ocupados, levaram ao aumento da influência dos grupos de resistência islâmicos e marxistas, muitos dos quais negavam a Israel o direito à existência. Pouco mais de um mês após o início da Nova Intifada, ocorreu o primeiro atentado terrorista contra civis israelenses, executado pela Jihad Islâmica. Arafat condenou o ataque, pois via seu projeto de uma paz negociada com Israel ruir devido à Intifada e aos atentados terroristas que, certamente ensejariam uma resposta mais agressiva de Israel (GATTAZ, 2003).

Conforme afirma Susser (2013), a Primeira e a Segunda Intifadas acordariam os israelenses sobre o preço da ocupação (posteriormente expressa no apoio popular para a construção do muro), e Israel daria início aos bloqueios de acesso das comunidades das comunidades palestinas à estrada principal através de barreiras físicas ou *checkpoints*, impedindo a passagem de veículos palestinos. Alguns dos assentamentos estabelecidos ao longo da estrada principal dificultaram o desenvolvimento urbano das principais cidades palestinas. Hebron, hoje em dia conhecida como a cidade do apartheid na

¹⁹ O então líder militar foi acusado por muitos israelenses de incitar, propositalmente uma resposta negativa e violenta e obstruir o que poderia ser um acordo de paz de sucesso (CARTER, 2007, p 189).

²⁰ Quando primeiro ministro Ehud Barak foi eleito, em 1999, houve resistência do governo israelense de cumprir com os compromissos estabelecidos no Acordo de Oslo ou nas Resoluções da ONU 242 e 338. Através dos acordos firmados entre 1993 e 2000, Israel foi lenta e progressivamente oferecendo “concessões”, isto é, prometendo a transição de maior parte do território das áreas C para as áreas B, e destas para a área A. No início das negociações, as áreas A equivalem a 1,1% da Cisjordânia e a 65% da Faixa de Gaza (por se tratar de terra árida e superpovoada; em Gaza, Israel escolheu manter apenas as terras de melhor qualidade agrícola e diversos assentamentos, além das fronteiras, do porto, das entradas e saídas). Durante os anos que seguiram, entretanto, houve frequentes atrasos e retrocessos devido à relutância de Israel em devolver os territórios ocupados e em fazer as concessões necessárias para alcançar um acordo definitivo, e às explosões de violência dos palestinos (especialmente dos grupos Jihad Islâmica e Hamas) que se opunham ao processo de paz ditado por Washington e Israel (GATTAZ, 2003, p. 183).

Palestina²¹, foi bloqueada à leste pelo assentamento *Qiryat Arba* e, no centro da cidade, há diversos assentamentos que não apenas criaram obstáculos para o desenvolvimento urbano, mas também para a possibilidade de os residentes viverem uma vida normal (KOVEL, 2007).

Demolição de lares palestinos

Os estágios da campanha de demolição israelense podem ser demonstrados da seguinte maneira: entre 1948 e 1960, foram demolidas 531 vilas palestinas (dois terços das vilas palestinas) e 11 bairros urbanos dentro do que veio a se tornar o Estado de Israel. Esses procedimentos não foram feitos durante a batalha, mas, sim, logo após a saída dos residentes, de forma que o retorno dos refugiados fosse impedido e as terras fossem repassadas à população judaica (HALPER, 2009).

As demolições de casas palestinas, discretamente implementadas desde 1948, tiveram seu auge no verão de 2003, quando a Administração Civil demoliu mais de 180 lojas e casas nos arredores da Vila de Nalat Issa, um dos únicos locais onde palestinos e israelenses ainda frequentavam. Ainda, em Gaza, cerca de 2 mil casas foram demolidas durante a segunda Intifada, e centenas de casas foram destruídas neste mesmo ano em Jerusalém. Entre 2008 e 2009, mais outras 4 mil casas foram destruídas em Gaza e cerca de 17 mil foram severamente danificadas (HALPER, 2009).

Em 1967, com o início da ocupação, a política de demolição foi realizada através da “Linha Verde²²” para dentro da Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza. Aproximadamente 6 mil casas foram demolidas imediatamente após a guerra, quatro

²¹ Hebron é onde está situada a Tomba dos Patriarcas, local sagrado para judeus e muçulmanos. Os colonos judeus começaram a chegar na cidade após a tomada da Cisjordânia, em 1967 e, hoje em dia, Hebron possui diversos assentamentos pequenos, nos quais cada casa, não importa o tamanho, é guardada por um soldado do exército israelense. Desde o massacre da Tomba dos Patriarcas, quando um colono judeu matou 30 muçulmanos que rezavam na Mesquita de Ibahim, Israel adotou uma política oficial de separação entre judeus e muçulmanos. Essa política de separação impôs severas restrições de movimento para os palestinos no sul de Hebron. Um dos exemplos, é a rua *Shuhada*, onde havia um mercado palestino local e onde atualmente é proibida a passagem de palestinos e apenas judeus e internacionais podem circular (eletronicintifada.net).

²² A Linha Verde foi estabelecida quando Israel e Jordânia negociaram um armistício após a Guerra de 1948 (HALPER, 2009).

vilas praticamente desapareceram da área de Latrun, ao lado de Jerusalém, enquanto dezenas de casas antigas foram destruídas no bairro Mughrabi, na cidade velha de Jerusalém Oriental, para criar a praça para o Muro das Lamentações (HALPER, 2009).

Durante a Primeira Intifada, ao menos 2 mil casas foram destruídas, e no processo de paz de Oslo, entre 1993 e 2000, quase 1.700 casas de palestinos nos territórios ocupados foram demolidas pela administração civil (DOLPHIN, 2006) .

Segundo relatório da Organização *Human Rights Watch* (2005), cerca de 50 mil pessoas foram deslocadas e centenas de lojas, prédios comerciais, fábricas e prédios públicos, incluindo os escritórios dos ministérios da AP em todas as cidades da Cisjordânia foram destruídos ou danificados. Um relatório da Anistia Internacional (2009) afirma que mais de 3 mil hectares de terra cultivada foram esvaziadas nesse período e que poços e reservatórios de águas e canos hidráulicos, que abasteciam a população com água, também foram destruídos juntamente com dezenas de quilômetros de sistemas de irrigação.

Atualmente, a distribuição de água nos territórios ocupados, que é feita pelo governo israelense, é severamente desigual. Exemplo disso é o fato de que israelenses recebem um volume maior de água do que palestinos da Cisjordânia ou Faixa de Gaza, onde quantidades mínimas de água são disponibilizadas e a água advinda de recursos compartilhados não é dividida igualmente. A falta de desenvolvimento de estruturas para comunidades que não têm acesso direto à água²³ também afeta gravemente os moradores (BT'selem, 2014).

De acordo com a Companhia Nacional de Água de Israel, Mekorot, a média diária de consumo de água entre os israelenses varia entre 100 e 230 litros por pessoa²⁴. O consumo de água dos palestinos na Cisjordânia é de aproximadamente 73 litros²⁵. Ainda, os palestinos que não estão conectados aos serviços de fornecimento de água, ou seja 113

²³ A alocação de água para os palestinos foi determinada no Acordo de Oslo, que incluía um plano para aumentar o fornecimento de água. Esse plano não se materializou e, ainda, a demanda por água aumentou significativamente com o crescimento populacional desde o Acordo de Oslo (B'Tselem, 2014).

²⁴ A Organização Mundial da Saúde recomenda um consumo mínimo diário de 100 litros de água por pessoa (B'Tselem, 2014).

²⁵ Existem diferenças significativas entre o consumo de água nas cidades da Cisjordânia. Em Jericó, por exemplo, o consumo é de 169 litros diários por pessoa. Já em Jenin, esse consumo é de 38 litros (B'Tselem, 2014).

mil pessoas vivendo em 70 comunidades, dependem da água da chuva, que é depositada em reservatórios, ou de água comercializada em caminhões tanque, podendo pagar até três vezes mais do que a tarifa mais alta paga por israelenses (BT'selem, 2014).

Esses fatos demonstram que a política de demolição de casas palestinas usa a administração, planejamento e a lei para silenciosamente transferir palestinos para fora de seu país ou, alternativamente, confiná-los em pequenos enclaves deixando a terra livre para anexação e para construção de assentamentos israelenses²⁶. Esse vácuo criado pelas demolições foi preenchido por Israel com a construção de aproximadamente 200 assentamentos, com 150 mil casas para os 450 mil judeus israelenses vivendo atrás das fronteiras de 1967 (HALPER, 2009; B'Tselem, 2014).

O Muro de Segurança

Por volta de 1923, muito antes da resistência palestina ao Sionismo ter início, Ze'ev Jabotinsky, o fundador do Sionismo Revisionista e o pai ideológico do que é hoje o Partido Likud, formulou a teoria da “muralha de aço”, doutrina evidente hoje nas estratégias militares e políticas de Israel (HALPER, 2009). Segundo ele:

“Todo nativo vai resistir enquanto neles houver a esperança de se livrar dos colonizadores estrangeiros. É desta forma que os árabes vão continuar a se comportar enquanto tiverem esperança de que podem impedir com que a Palestina se torne a Terra de Israel.” A única forma de se atingir um acordo é através da muralha de aço, ou seja, o estabelecimento, na Palestina, de uma força que, de forma alguma, será influenciada pela pressão árabe. Um acordo voluntário não é atingível. Nós devemos ou suspender os esforços feitos para estabelecer os assentamentos ou continuar com eles sem prestar atenção à reação dos nativos. Assentamentos podem ser desenvolvidos com a proteção de uma força que não é dependente da população local, ou atrás de um muro de aço, o qual eles não terão o poder de cruzar.”

Foi em novembro de 2000 – um mês após a segunda intifada –, que o então Primeiro Ministro Ehud Barak, autorizou a construção de uma barreira para impedir a passagem de veículos motores ao norte da Cisjordânia. Em 2001 esse cenário torna-se

²⁶ Muitos argumentos defendidos giram em torno de que as casas destruídas pertencem a famílias de terroristas. Nota-se, ainda, que 95% dos casos de demolições ou remoções não tem nenhuma ligação com ameaças de segurança e que mesmo o ato de demolir construções que pertencem a famílias de terroristas constitui, por si só, um crime de guerra (HALPER, 2009).

ainda mais claro com a eleição de Ariel Sharon, líder israelense que pregava contra a transferência de terras à população palestina, contra a devolução de Jerusalém e contra o retorno dos refugiados, e com os ataques de 11 de setembro, quando as Forças de Defesa se impuseram mais fortemente contra a Intifada (GELVIN, 2005).

Quando a segunda intifada teve início, uma série de ataques terroristas foram provocados pelo Hamas, Jihad Islâmica e militantes da OLP. O governo israelense respondeu à onda de ataques ordenando o assassinato dos envolvidos na campanha terrorista, atacou cidades palestinas em represália, destruindo casas de famílias de pessoas acusadas de envolvimento com terrorismo, instalou pontos de inspeção, também conhecidos como *checkpoints*, fora de cada centro populacional e nos campos de refugiados, acabou com os vínculos econômicos entre Israel e os territórios ocupados, e ocupou novamente os territórios dos quais havia se retirado durante Oslo (GELVIN, 2005; HARMS, 2004).

A solução permanente para essas questões seria a construção de uma barreira ao longo da fronteira. Em junho de 2002, se daria início à construção do Muro ou Barreira de Separação ao norte da Cisjordânia em direção ao sul, que gradualmente invadiria os limites da Linha Verde em direção ao lado palestino. Conforme o Ministério da Defesa de Israel:

A “Cerca de Segurança” é uma manifestação do compromisso de Israel de defender seus cidadãos e, uma vez concluída, vai impedir a infiltração de terroristas com o intuito de executar ataques terroristas ou o contrabando de armas e explosivos.

A ideia original da construção da barreira física seria para impedir ataques após a retirada das forças de ocupação de Israel. Ao invés, os governos de Ariel Sharon e Ehud Olmert construíram uma cerca e um muro invadindo o território palestino envolvendo os assentamentos já estabelecidos e outras áreas de terras. A barreira está projetada para anexar três vezes o espaço inicial e já invade vilas palestinas, divide famílias de suas terras e inclui cerca de 375 mil palestinos no lado israelense do muro, como é o exemplo da cidade de Qalqiliya e seus 45 mil habitantes, dos quais a maioria têm suas terras e um terço da água confiscada por Israel (HARMS, 2005; CARTER, 2007).

Por essas ações, Israel tem sido regularmente condenado por inúmeras organizações e pelas Nações Unidas, que estabeleceram:

“A grave preocupação com o início e continuação da construção de um muro nos Territórios Palestinos Ocupados, inclusive em e no entorno de Jerusalém Oriental, que se desvia da Linha do Armistício de 1949 (Linha Verde) e que tem envolvido o confisco e destruição de terras e de recursos palestinos, a perturbação das vidas de milhares de civis protegidos e da anexação de facto de grandes áreas de território, e realçando a oposição unânime pela comunidade internacional, à construção daquele muro.”

A Corte Internacional de Justiça reconheceu o direito de Israel de construir uma barreira protetiva, porém determinou que o estabelecimento dessa barreira além dos limites da fronteira é contrário ao Direito Internacional, pois anexa territórios da Cisjordânia e viola a Quarta Convenção de Genebra, que proíbe que um poder ocupante transfira qualquer parte de sua população civil para os territórios confiscados por força militar (CARTER, 2009).

A barreira se mantém um motivo de controvérsia e se tornou um ponto essencial no conflito. Os níveis de aprovação de israelenses em relação à construção do muro chegam a 80%. Palestinos, especialmente aqueles mais diretamente afetados pelo muro, temem as ramificações políticas a longo prazo e as consequências diárias do acesso restrito a escolas, hospitais e terras produtivas²⁷ (HARMS, 2005).

Estruturalmente, a barreira consiste em muros de concreto, cercas, arames farpados, monitoramento eletrônico, estradas de patrulha e uma zona tampão. Atualmente, a extensão da barreira (construída e projetada) é de aproximadamente 712 Km, mais que o dobro da Linha Verde de 1949. Perto de 62% da rota aprovada está completa, 10% está sendo construída e 28% já está planejada, e, se for concluída conforme o planejado, irá anexar cerca de 46% da Cisjordânia, fragmentando comunidades em guetos e zonas militares²⁸. Cerca de 50% dos assentamentos localizados

²⁷ A complexidade dos procedimentos necessários para acessar Jerusalém Oriental tem afetado Palestinos em ambos os lados do muro, que são diariamente submetidos a processos demorados e humilhantes para acessar os serviços básicos disponíveis em Jerusalém Oriental, como educação e saúde (OCHA, 2013).

²⁸ Isso significa que a população na Cisjordânia e Faixa de Gaza, incluindo mais 1.5 milhões de refugiados vão estar alocados em apenas 12% do original mandato Palestino. Segundo o relatório, a extensão total da barreira vai chegar a cerca de 810 Km, com custo estimado em US\$ 2.1 bilhões, aproximadamente US\$ 2 milhões por Km, somado aos gastos de estradas e túneis e manutenção anual de US\$ 260 milhões (OCHA, 2013).

na Cisjordânia (71 de 150) e mais de 85% da população de colonos estão localizados na área entre a Linha Verde e a rota da barreira. A população palestina, que chega a 11 mil pessoas morando em 32 comunidades, depende de permissões para viver em suas casas²⁹. O acesso à terra produtiva através da barreira é canalizada através de 73 portões, dos quais a maioria (52) apenas é aberto durante o período de produção de azeitonas (outubro a dezembro) (OCHA, 2013).

O estabelecimento de assentamentos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental implica em uma malha de construções e infraestruturas que está conduzindo à anexação que impede o estabelecimento de um Estado Palestino contíguo e viável e debilita o direito do povo palestino à autodeterminação. A existência de assentamentos tem tido sérias consequências em relação aos direitos dos palestinos. Seus direitos à liberdade ou autodeterminação, liberdade de movimento e não-discriminação, liberdade para acessar locais de culto, à igualdade, educação, água, moradia, padrão de vida adequado, propriedade, acesso a recursos naturais estão sendo repetidamente e consistentemente violados (OCHA, 2013).

Claramente, conforme argumenta Lustick (1982), as políticas da direita israelense implementadas desde 1977, têm sido desenhadas para estabelecer a presença de Israel na Cisjordânia e Gaza, de forma que qualquer futura possibilidade de retirada dos territórios ou separação de regiões árabes e judaicas seja dificultada.

A relação entre Estados Unidos e Israel

O caráter singular da relação entre Estados Unidos e Israel é simbolizado, por exemplo, pelo nível de assistência militar e econômica prestada pelos Estados Unidos a Israel e pelo padrão regular de perdoar empréstimos, oferecer armas com descontos

²⁹ Palestinos da Cisjordânia que obtêm a permissão, podem acessar Jerusalém Oriental através de quatro dos 14 *checkpoints* ao redor da cidade. Cerca de 150 comunidades de palestinos têm terra localizada atrás da barreira e são forçados a obter permissão ou “coordenação antecipada” para acessar os territórios.

especiais e uma variedade de equipamentos, e contribuições dedutíveis de caridade³⁰ (CHOMSKY, 1999).

Após a Segunda Guerra Mundial, especialmente no contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos têm demonstrado comprometimento ao viabilizar o estabelecimento de Israel como um estado judaico excludente e militarizado às custas dos direitos humanos do povo palestino. Enquanto a administração estadunidense ofereceu apoio moral desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967, o país continua fornecendo apoio econômico, militar e diplomático, de forma a estabelecer e manter a superioridade militar sobre os vizinhos árabes (CHOMSKY, 1999). O apoio prestado a Israel pelos Estados Unidos fez do país o maior receptor de assistência internacional desde 1967 e o maior receptor cumulativo desde a Segunda Guerra Mundial, com o valor de aproximadamente U\$ 115 bilhões³¹ (OHCHR, 2013).

Atualmente, os Estados Unidos vêm justificando sua posição com o argumento de que não compete à comunidade internacional resolver o conflito entre israelenses e palestinos. Argumento esse que é utilizado, por exemplo, para explicar as ações do país em relação à expansão da colonização israelense através dos assentamentos, confirmando a convicção dos palestinos do papel de “mediador desonesto” desempenhado pelos Estados Unidos. De acordo com a administração de Obama, a criação de um Estado Palestino deve ser fruto, unicamente, de negociações entre as autoridades israelenses e palestinas³² (BAEZA, 2011).

O relatório apresentado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2013, sobre a situação de direitos humanos dos palestinos na Palestina e outros

³⁰ Entre 1978 e 1982, Israel recebeu 48% de toda ajuda militar fornecida pelos EUA e 35% da ajuda econômica. Em 1983, a administração de Reagan solicitou quase U\$ 2 bilhões para Israel de um total de U\$ 8.1 bilhões de ajuda internacional fornecida pelos EUA, incluindo U\$ 500 milhões de concessões e U\$ 1.2 bilhões em empréstimos (CHOMSKY, 1999).

³¹ A ajuda repassada dos Estados Unidos para Israel representa, aproximadamente, 25% de toda assistência internacional americana (OHCHR, 2013).

³² Baeza (2011) narra o episódio quando o atual presidente americano Barak Obama enviou, em janeiro de 2009, um emissário especial para o Oriente Médio, George Mitchell, para facilitar o contato entre as autoridades israelenses e palestinas, após conflitos entre Israel e o Hamas, em Gaza, que marcam mais um bloqueio nas negociações entre ambas as partes. No entanto, a pressão diplomática dos Estados Unidos não foi suficiente e, pouco tempo depois Netanyahu decide não renovar a suspensão parcial da construção de assentamentos na Cisjordânia, decretada em novembro de 2009.

territórios árabes ocupados, enumera as violações de direito internacional por parte de Israel e a responsabilidade de seu aliado, os Estados Unidos. O documento é claro ao estabelecer que a expansão dos assentamentos, as políticas raciais separatistas, assim como a ação militar violenta não seriam possíveis sem o apoio dos Estados Unidos.

Entre 1972 e 2012, os Estados Unidos foram responsáveis por vetarem 43 resoluções críticas a Israel, das quais 30 diziam respeito aos territórios ocupados. Na Assembleia Geral, a pressão dos EUA sobre os estados membros frequentemente evita que resoluções responsabilizando Israel sejam aprovadas e, como resultado, a impunidade internacional que o país goza por suas constantes violações das Convenções de Genebra é resultado da “relação especial” com os Estados Unidos (OHCHR, 2013).

Em relação à assistência militar, o relatório aponta que Israel recebe 60% do financiamento militar estrangeiro americano, sendo o maior receptor desse tipo de ajuda. Atualmente, o país é um dos dez maiores fornecedores de armas do mundo, e é o único que pode investir acima de 25% da assistência recebida em pesquisa e desenvolvimento militar³³. As leis específicas repassadas pelo Congresso americano exigem que os EUA mantenham vantagem militar qualitativa de Israel na região (OHCHR, 2013).

Para Chomsky (1999), claramente, enquanto os Estados Unidos continuarem fornecendo meios, Israel vai usá-los para seus propósitos, que são suficientemente claros: integrar o maior volume possível dos territórios ocupados e, de alguma forma reduzir a população árabe, dispersar os refugiados, assim como acabar com qualquer forma de manifestação do nacionalismo e cultura palestina e ganhar controle sobre o sul do Líbano. Para ele, levando em consideração que esses objetivos são expostos pelos grupos políticos em Israel, fica claro de que forma a assistência fornecida pelos Estados Unidos será utilizada. Qualquer acusação ou reclamação, adiciona Chomsky, é tida como hipócrita enquanto a assistência material e apoio diplomático ou ideológico continuarem dando forma aos fatos.

³³ Também são repassados fundos que podem exceder os US\$ 100 bilhões para um programa conjunto entre Israel e EUA para desenvolvimento de mísseis. Nenhum tipo de ajuda é submetida a rigorosas leis, incluindo de Exportação e Controle de Armas, de assistência internacional e o acordo bilateral entre Israel e EUA, de 1952 (OHCHR, 2013).

Identidade Judaica e Identidade Palestina

Um abismo enorme separa a narrativa histórica sionista³⁴ da narrativa histórica palestina. O conflito entre israelenses e palestinos é, em sua essência, um conflito de identidades devido às origens e motivos que o levam a continuar. De um lado, palestinos negam o direito de Israel de estabelecer um Estado, do outro, Israel nega a existência de uma identidade do povo palestino (AUERBACH, 2009 apud BAR-SIMAN-TOV, 2010).

Conforme Auerbach (2009) apud Bar-Siman-Tov (2010), os laços históricos entre os judeus e a terra de Israel podem ser confirmados pelo reconhecimento internacional e por documentos como a Declaração de Balfour, o Mandato da Liga das Nações e a resolução das Nações Unidas de 1947 (Declaração de Independência, em 1948). A Declaração de Independência cita que “a Terra de Israel foi o berço do nascimento do povo judeu” e que “aqui, sua identidade espiritual, religiosa e cultural foi definida. Aqui, a soberania e valores culturais foram estabelecidos”. O holocausto não foi a razão para a criação de Israel, mas, sim, mais uma clara demonstração da necessidade de se obter uma solução territorial para uma nação exilada de sua terra.

As histórias ensinadas nas escolas israelenses advêm de diversas fontes como a bíblia e os heróis tratados nela, aos mitos do Segundo Templo, ao período antes da fundação de Israel e dos heróis das guerras entre árabes e israelenses. Essas narrativas incorporam os valores de heroísmo, sacrifício, coragem e o amor do povo a sua terra, com a qual seria quase impossível sobreviver às guerras contra seus inimigos (AUERBACH, 2009 apud BAR-SIMAN-TOV, 2010).

O contraste entre a narrativa árabe-israelense e a narrativa do povo judeu é, também, acentuada pelos laços culturais dos judeus com o mundo ocidental. Enquanto a nação árabe foi humilhada pelo ocidente através das Cruzadas, da invasão do Egito por Napoleão até o Acordo Sykes-Picot, em 1916, as memórias de experiências dolorosas,

³⁴ O atual Estado de Israel tem sua origem no sionismo, movimento surgido na Europa no século XIX que prega a criação de um país livre, de maioria judaica e que represente tanto o retorno às origens da memória, quanto o “retorno dos reprimidos”³⁴. O movimento sionista foi criado por Theodor Herzl, durante o Primeiro Congresso Sionista, na Basileia (Suíça). Esse movimento político decide lutar pela criação de um Estado judeu na Palestina, por considerar que aquele território era uma “terra sem povo” e que os “judeus eram um povo sem terra” (KOVEL, 2007).

vergonhosas é mantida e estimulada, aumentando a vontade de vingança contra Israel, que é tido como o agente do ocidente na região (KHALIDI, 2010).

Halper (2009, p. 21), cita o trecho de um discurso do partido dos trabalhadores, do Likud e do Kadima³⁵:

“Os judeus dos tempos constituíram uma nação com todos os aspectos de nacionalidade. Eles tinham um país que contemplava mais ou menos partes da Terra de Israel, um idioma, uma religião, uma história nacional, uma literatura³⁶ e, acima de tudo, uma ligação tribal baseada em laços de sangue. Após duas revoltas contra os Romanos, o nação-tribal foi exilada de seu país. Por dois milênios ela era vista nas nações como um povo excluído – alien, perseguido, agarrado à sua identidade nacional e esperançoso pelo retorno a Zion. No final do século 19, estimulado pelos movimentos nacionalistas na Europa, o sionismo emergiu como a expressão nacional dos judeus que buscavam o retorno a sua terra, a qual eles foram expulsos séculos atrás.

Ainda, de acordo com a ideologia sionista, toda a terra de Israel “pertence” exclusivamente ao povo judeu, negando qualquer direito, presença ou reivindicações palestinas, assim como nega a identidade do povo e sua presença em um lugar chamado Palestina (HALPER, 2009).

Um estudo da Organização BADIL³⁷, de 2012, analisando as diferentes visões em relação à identidade de palestinos vivendo em Israel, Jerusalém, Cisjordânia, Faixa de Gaza e países vizinhos, como Líbano, Jordânia e Síria, afirma que a identidade palestina e o discurso nacional derivam da *Nakba*³⁸ e do deslocamento forçado³⁹. Palestinos cidadãos de Israel, por exemplo, vivem minoritariamente em uma sociedade judaica, culturalmente ocidentalizada e são educados conforme o currículo israelense, ou seja, com a insistente tentativa de apagar a identidade palestina. De um ponto de vista político, enquanto os palestinos fora da fronteira de Israel mantêm a luta nacional por liberdade e

³⁵ Kadima é um partido liberal de centro. O Likud é um partido de centro-direita (HARMS, 2005).

³⁶ Depois da criação de Israel, argumenta Finkelstein (2000), a literatura sionista passou a reescrever a história da palestina sistematicamente e com consideráveis resultados – especialmente apagando os árabes e a presença árabe na região.

³⁷ O Centro de Pesquisa sobre residência e direitos dos refugiados palestinos BADIL é uma Organização independente que trabalha para promover e defender os direitos dos refugiados palestinos. A BADIL tem um status especial consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

³⁸ A *al-Nakba*, ou “a catástrofe” está marcado na memória e história do povo palestino como o acontecimento resultante das lutas internas entre árabes e judeus que se intensificaram de novembro de 1947 a maio de 1948, terminando com uma onda crescente de violência que custou aos palestinos sua maioria populacional no território (KHALIDI, 1997).

³⁹ A fragmentação foi aplicada aos territórios ocupados em 1967, ao categorizar a população com carteiras de identidade e restringir a liberdade de movimento na Cisjordânia, Jerusalém e Faixa de Gaza (BADIL, 2013).

independência, os palestinos com cidadania israelense sofreram uma desnacionalização acompanhada pela modernização de acordo com a estrutura sionista. Entretanto, nota o estudo, eles se identificam como “palestinos israelenses”, sendo a identificação de israelense meramente em termos legais e a identidade palestina como primária. Ainda, é importante salientar que o termo árabe-israelense é advindo de uma terminologia de Israel e não do pan-arabismo, já que Israel é o único país no mundo que atribui “árabe” como uma nacionalidade tentando, claramente, apagar o fato de que existem cidadãos nascidos na Palestina.

Enquanto a identidade palestina em Israel passou por um processo de modernização, em outros lugares essa identidade evoluiu de forma diferente. A primeira Intifada transferiu o centro de tensão do conflito para o território ocupado, enfatizando os eventos de 1967 em detrimento da consciência da *Nakba*, em 1948. O processo de paz de Oslo também teve o mesmo efeito entre palestinos, israelenses e na comunidade internacional (BADIL, 2012).

A ocupação militar israelense e a repercussão internacional do conflito não deixam espaço para uma identidade compartilhada na Cisjordânia (e na Faixa de Gaza). A comunidade internacional, a liderança palestina e Israel têm enquadrado o “conflito palestino” como a luta pela emancipação da ocupação militar israelense, que começou em 1967 e, sendo assim, a grande maioria, ou 82% dos cidadãos residentes da Cisjordânia se identifica como palestinos que veem como fator de grande relevância, superar as barreiras políticas, legais e físicas impostas na forma de *checkpoints* militares. Nota-se, ainda, que apesar da identificação dos palestinos da Cisjordânia com a Faixa de Gaza e do fato de que um Estado Palestino seria composto desses dois territórios (provavelmente devido à configuração dos acordos de Oslo), a fragmentação política e a rivalidade entre o Fatah e Hamas dificultam o estabelecimento de laços sociais entre os dois lados. A judaização⁴⁰ de Jerusalém e as declarações de Israel da cidade como a “capital eterna do país”, assim como as remoções forçadas, destruições de casas,

⁴⁰ A judaização da palestina é um programa cultivado desde o início do sionismo, que argumenta que Israel pertence ao povo judeu, e apenas ao povo judeu. Desde então, uma série de estratégias vêm sendo implementadas para, ao mesmo tempo, indigenizar imigrantes judeus e apagar o passado palestino.

restrições de movimento, subdesenvolvimento⁴¹ reforçam a identidade palestina na cidade (BADIL, 2012).

A identidade palestina moldou e foi moldada pelo conflito em oposição ao movimento sionista e evoluiu ao longo de décadas levando em conta as condições sociais, econômicas e políticas. Khalidi (2010) ressalta que os refugiados palestinos vivendo em países árabes vizinhos, como Jordânia (o país com o maior número de refugiados palestinos), Líbano ou Síria, estão inseridos em diferentes contextos políticos e sociais⁴².

A experiência dos refugiados, o tratamento de Israel e de outros estados árabes e trauma compartilhado de 1948, cimentaram e universalizaram uma identidade comum aos palestinos⁴³. Nos campos de refugiados, nos ambientes de trabalho, escolas e universidades, onde palestinos conviveram após 1948, se dá o início de uma nova geração de grupos nacionalistas palestinos e que, apesar de se considerarem árabes, o objetivo maior continuaria a ser o “retorno” à Palestina (GELVIN, 2005; KHALIDI, 2010).

Conclusão

Em tempos recentes, a doutrina da Muralha de Aço tem sido reafirmada, mas em termos ainda mais extremos. Em 2002, durante a Segunda Intifada, o chefe do Exército Israelense, Moshe Ya’alon, declarou que “os palestinos devem entender da forma mais profunda em suas consciências, que são um povo derrotado”.

O estabelecimento da barreira e a anexação de territórios é de extrema importância, pois a colonização nas áreas ocupadas determina a continuidade territorial do futuro Estado Palestino e a possibilidade de proclamar Jerusalém Oriental como sua

⁴¹ 78% dos palestinos e 84% das crianças na cidade vivem abaixo da linha da pobreza.

⁴² Na Jordânia, os palestinos receberam cidadania jordaniana e se integraram econômica e socialmente no país. De acordo com a pesquisa, eles se identificam como “palestinos jordanianos”. No Líbano, os palestinos tem poucos direitos sociais e nenhum direito civil. A grande maioria se identifica como palestino. Na Síria, assim como na Jordânia, os palestinos se integraram econômica e socialmente, mas não possuem cidadania síria e, por isso, a grande maioria se identifica como palestinos (BADIL, 2012).

⁴³ Entre 55% e 70% dos palestinos na Jordânia, Síria e Líbano se reconhecem como palestinos. A significância dessa maioria pode ser explicada pelo simples fato de que essas comunidades nasceram e viveram em exílio, sem nunca entrar na Palestina – direito negado por Israel (BADIL, 2012).

capital. Alguns estudiosos do conflito, entretanto, acreditam que a anexação dos territórios já passou de um ponto reversível. A paisagem da Cisjordânia cria uma impressão de que os assentamentos israelenses já atingiram tamanha profundidade, que a possibilidade de transferência da população de colonos ou de utilização dos assentamentos como forma de negociação no futuro, parecem fins inatingíveis ou, no mínimo, muito complicados.

Parte da população israelense acredita que a formação de um estado binacional que poderia acomodar as aspirações da população judaica e árabe sob a mesma administração seria uma forma de, mesmo às custas do modelo sionista, ser feita uma anexação formal com cidadania israelense imposta a todos cidadãos árabes. No entanto, após diversas desavenças, e tamanho volume de agressões de ambas as partes, propostas como estas parecem estar longe de serem concretizadas. O antagonismo de identidades, tido como a raiz e que atualmente continua por nutrir o conflito, leva a crer que cada vez mais, ambos lados irão se fortalecer e negar o direito do outro à existência. Se, de um lado existe um Estado, do outro existe uma entidade nacional sem soberania.

Todavia, apesar de todas as tentativas israelenses de dividir e apagar a sociedade palestina, o povo, mesmo que em outros países, não abandonou sua luta por direitos e continua firmemente enfrentando Israel e suas políticas expansionistas. Ainda, dado todo o senso de nação que permeia a existência povo palestino, a busca por autonomia, sobretudo após as últimas décadas de conflito entre estes e israelenses, se apresenta como vontade única dos palestinos.

Desta forma, conforme evidências históricas demonstram, a presença e expansão de Israel em um território anteriormente populado por palestinos e os acontecimentos internacionais, regionais e internos, é provável que uma resistência seja incitada e, se Israel der continuidade à construção de assentamentos em comunidades e vilas palestinas, há grandes chances de uma insurgência ter início, pois, para os palestinos, “existir é resistir”.

Referências Bibliográficas

AUERBACH, YEHUDITH. National Narratives in a Conflict of Identity. Yaacov Bar-

Siman-Tov (org.) *Barriers to Peace in the Israeli-Palestinian Conflict*. Jerusalém: The Jerusalem Institute for Israel Studies, 2010.

BADIL RESOURCE CENTRE FOR PALESTINIAN RESIDENCY & REFUGEES RIGHTS. *One People United: a Deterritorialized Palestinian Identity*. Relatório. Belém, 2012.

BAEZA, CECÍLIA. O reconhecimento do Estado palestino: origens e perspectivas. *Boletim Meridiano* 47, Brasília, v. 123, n.126, jul-ago 2011. Disponível em <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/3868/4543>>. Acesso em nov. 2013.

BAUMAN, ZYGMUNT. *Modernidade e Holocausto*. Quarta edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1998. 266 p.

B'TSELEM. So Near and Yet So Far: Implications of Israeli-Imposed Seclusion of Gaza Strip on Palestinians' Right to Family Life. Relatório. Jerusalém, 2014. Disponível em <http://www.btselem.org/publications/201401_so_near_and_yet_so_far>. Acessado em fev 2014.

CARTER, JIMMY. *Palestine Peace not Apartheid*. Nova Iorque: Simon & Schuster Paperbacks, 2007, 270 p.

CHOMSKY, NOAM. *The Fateful Triangle: The United States, Israel and the Palestinians*. Londres: Pluto Press, 1999, 938 p.

DOLPHIN, RAY. *The West Bank Wall: Unmaking Palestine*. London: Pluto Press, 2006, 228 p.

ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (OHCHR). Human rights situation in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem. Relatório. Genebra, ago 2013. Disponível em <www.ohchr.org>. Acessado em jan 2014.

ESCRITÓRIO PARA COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS (OCHA). *The Humanitarian Impact of the Barrier*. Relatório. Jerusalém, jul 2013. Disponível em <http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_barrier_factsheet_july_2013_english.pdf>. Acessado em dez 2013.

FINKELSTEIN, NORMAN G. *Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 2003, 433 p.

GATTAZ, ANDRÉ. *A Guerra da Palestina: da criação de Israel à Nova Intifada*. São Paulo: Usina do Livro, 2003. 239 p.

GELVIN, JAMES L. *The Israel-Palestine conflict: one hunder years of war*. Nova Iorque: Cambrigde University Press, 2005, 294 p.

HALPER, JEFF. *Obstacles to Peace: A Reframing of the Israeli-Palestinian Conflict*. Jerusalém: ICAHD Press, 2009, 155 p.

HARMS, GREGORY. *The Palestine-Israel Conflict: a Basic Introduction*. Londres: Pluto Press, 2005, 264 p.

HIRO, DILIP. *A Comprehensive Dictionary of the Middle East*. Northampton: Olive Brach Press, 2013 756 p.

HOBSBAWN, ERIC. *Tempos Fraturados: Cultura e Sociedade no Século XX*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2013, 358 p.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2005: Israel/ Occupied Palestinian Territories. Relatório. Nova Iorque, 2005. Disponível em < <http://www.hrw.org/world-report-2005/israeloccupied-palestinian-territories>>. Acessado em jan 2014.

KHALIDI, RASHID. *The Construction of Modern National Consciousness*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1997, Kindle Edition.

KOVEL, JOEL. *Overcoming Zionism: Creating a Single Democratic State in Israel/Palestine*. Londres: Pluto Press, 2007, 299 p.

LUSTICK, IAN. Israeli Politics and American Foreign Policy. Revista Foreign Affaris. Nova Iorque, v. 61, n. 2, Nov-Dez 1982.

MORRIS, BENNY. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, Kindle Edition.

NASCIMENTO, FRANCISCO JR. Palestina: Breves considerações sobre Soberania, Estado e Território. Revista Intellecto, Rio de Janeiro, v. III, n. 3, Jul-Dez 2005. Disponível em < <http://www.revistaintellecto.cenegri.org.br/>>. Acesso em dez. 2013.

PAPPE, ILAN. *The Ethnic Cleansing of Palesitne*. Oxford: Oneworld Publications Limited, 2007. 313 p.

QUINGLEY, JOHN. *The case of Palestine*. Durham: Duke University Press, 2005, 344 p.

SCALERCIO, MÁRCIO. *Oriente Médio: Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver*. São Paulo: Editoras Campus, Ltda, 2003. 297 p.

SHLAIM, AVI. *The Iron Wall: Israel and the Arab World*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company Ltd., 2001, 670 p.

SUSSER, ASHER. *Israel, Jordan & Palestine: The Two-State Imperative*. Waltham: Brandeis University Press, 2012, 297 p.